



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
EUROPEU

PT

## **Discurso**

**Bruxelas, 19 de janeiro de 2015  
ECA/15/01**

# **Discurso proferido por Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas Europeu**

**Apresentação do programa anual de trabalho para 2015**

**Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu**

**Bruxelas, 19 de janeiro de 2015**

**Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.**

## **ECA Press**

**Damijan Fišer – Adido de imprensa**

**12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg**

**Tel.: (+352) 4398 45410**

**Telemóvel: (+352) 621 55 22 24**

**E-mail: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)**

**@EUAuditorsECA**

**YouTube: [EUAuditorsECA](https://www.youtube.com/EUAuditorsECA)**

**[eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)**

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

É uma honra ter sido convidado para lhes apresentar hoje o programa anual de trabalho do Tribunal para 2015.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para os informar acerca dos relatórios de auditoria que iremos produzir em 2015 e ainda sobre as reformas internas que estamos a efetuar.

Ao elaborar o programa de trabalho de auditoria, tivemos em consideração a evolução da política da UE, bem como os resultados de diversas interações mantidas com deputados deste Parlamento ao longo do ano, nomeadamente no que se refere aos nossos relatórios de auditoria e exames panorâmicos.

Como sabem, no âmbito da nossa estratégia para 2013-2017, pretendemos que o trabalho da nossa instituição seja mais relevante do que nunca face aos desafios que a UE enfrenta.

Mais especialmente, procuramos auxiliar o Parlamento a garantir uma prestação de contas efetiva pelos fundos públicos utilizados para dar resposta a esses desafios. Este continua a ser o principal objetivo estratégico da nossa instituição e constitui o aspeto central das nossas auditorias sobre a forma como a UE executa e financia as suas políticas.

A legislação da UE exige que o Tribunal realize todos os anos auditorias financeiras e de conformidade relativas ao orçamento da UE, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento e a cada uma das agências e empresas comuns da UE. No total, em 2015 publicaremos 55 relatórios anuais e relatórios anuais específicos de auditoria.

Além disso, pretendemos publicar cerca de 35 relatórios especiais referentes sobretudo a temas relacionados com o desempenho. Esses temas são descritos no programa de trabalho que hoje publicamos. Como podem ver, pretendemos cobrir uma vasta gama de medidas políticas e de aspetos da gestão financeira que refletem as principais prioridades da UE e as preocupações dos cidadãos.

Muitos dos temas dizem respeito aos desafios a longo prazo da política da UE identificados na Estratégia Europa 2020, tendo sido incluídos na estratégia do Tribunal para 2013-2017.

Acreditamos que esses temas continuam a ser pertinentes. Permitam-me que os recorde brevemente e apresente alguns exemplos de questões específicas sobre as quais os nossos relatórios irão incidir em 2015.

O primeiro é o **valor acrescentado**. Como salientámos em muitos relatórios e em diversas ocasiões nos últimos anos, os gestores da UE elaboram muitas informações sobre o custo das despesas da UE, mas muito poucas acerca do seu valor.

Esta falta de informações torna difícil obrigar os responsáveis pela execução das políticas da UE a prestar contas pelo seu desempenho, correndo-se o risco de o mau desempenho não ser questionado e de se perderem oportunidades de o melhorar.

Dado que a confiança dos cidadãos na UE continua a ser um problema, é mais importante do que nunca que o desempenho e o valor acrescentado europeu sejam claramente visíveis para todos.

Neste contexto, assinalamos que uma prioridade da nova Comissão consiste em promover uma "cultura de desempenho" para reforçar o valor acrescentado europeu. Gostaríamos de garantir a este Parlamento que o valor acrescentado é um dos temas que encontrarão na maioria das realizações do Tribunal em 2015.

Nestas realizações está incluído o nosso relatório anual sobre o orçamento da UE, cujo capítulo "Orçamento da UE: obter resultados" analisará se o atual quadro de desempenho permite que a Comissão acompanhe e oriente os progressos relativos à estratégia Europa 2020.

Dado que a fragilidade da economia da UE continua a pressionar os orçamentos nacionais, torna-se mais importante do que nunca aplicar a Estratégia Europa 2020 e reforçar o **crecimento**, o **emprego** e as **finanças públicas**.

Assim, em 2015, iremos elaborar relatórios sobre aspetos específicos destes três temas, por exemplo, a inovação, o emprego dos jovens e o procedimento relativo ao défice excessivo.

Sabendo que 2014 foi o ano mais quente de que há registo, a tomada de medidas sobre as **alterações climáticas** e o **ambiente** volta a ser uma prioridade da agenda política.

Assim, em 2015, prevemos igualmente elaborar relatórios sobre o regime de comércio de licenças de emissão da UE, bem como sobre diversas medidas de proteção ambiental, designadamente as que se referem à preservação da natureza pelos agricultores, à qualidade da água na bacia do rio Danúbio, à poluição no mar Báltico e ao combate à desflorestação ilegal nos países em desenvolvimento.

Até ao momento, tenho dado exemplos de auditorias referentes a problemas há muito existentes. Mas incluímos igualmente no nosso programa de trabalho auditorias que dizem despeito a **questões emergentes** e à recente **evolução da política da UE**.

Mais especialmente, em 2015, tencionamos elaborar relatórios sobre a assistência financeira da UE à Ucrânia e sobre as medidas e investimentos da UE em infraestruturas dedicadas à segurança energética, bem como sobre o recentemente criado mecanismo único de supervisão para os bancos na área do euro.

Além disso, embora um bom número das nossas auditorias incida sobre a execução de políticas, outras concentrar-se-ão mais especificamente nos tipos de **apoio financeiro** disponibilizado pela UE.

Por exemplo, em 2015, vamos examinar a gestão de subvenções nas agências e empresas comuns, o microfinanciamento utilizado para promover a inclusão social, bem como os instrumentos de engenharia financeira no desenvolvimento rural.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Em 2015, pretendemos elaborar mais relatórios sobre o desempenho de políticas e programas específicos da UE do que anteriormente. Porém, reconhecemos igualmente que o **calendário dos relatórios de auditoria** é importante.

Em 2015, prevemos já reduzir o tempo médio necessário para produzir relatórios, continuando a respeitar as normas internacionais das instituições superiores de controlo. No entanto, como sabem, consideramos que o tempo necessário poderia ainda ser reduzido se as disposições do Regulamento Financeiro aplicáveis ao tratamento dos relatórios especiais do Tribunal fossem revistas, como lhe sugerimos, Senhora Presidente, na sua qualidade de membro relator perante a Comissão dos Orçamentos.

Reconhecemos também a importância de apresentar relatórios no momento certo, pelo que brevemente enviar-lhes-emos um calendário indicativo para 2015. Sobre este aspeto, tenho conhecimento de que o novo Membro do Tribunal para as relações institucionais, V. Itälä, procura colaborar com esta comissão – e através dela com todas as outras comissões do Parlamento – para definir as oportunidades convenientes para apresentação de todos os nossos relatórios de auditoria, bem como das outras realizações do Tribunal.

Essas **outras realizações** incluem pareceres sobre propostas de legislação, sínteses de constatações de auditoria e documentos de tomadas de posição que o Tribunal elabora quer a pedido de outras instituições quer por sua iniciativa.

Baseiam-se na nossa experiência de auditoria e não em auditorias específicas e constituem uma forma flexível de apresentarmos observações e informações relevantes para o processo de tomada de decisão deste Parlamento, do Conselho e da Comissão.

Embora não estejam especificamente mencionadas no programa de trabalho para 2015, prevemos produzir algumas destas realizações ao longo do ano. Por exemplo, na semana passada adotámos um parecer sobre uma proposta de revisão de determinadas disposições do atual Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento da UE, apresentada pela Comissão.

Estamos também a elaborar um parecer sobre a proposta de Regulamento Financeiro do **Conselho Único de Resolução**.

Além disso, embora ainda não tenhamos recebido formalmente um pedido de parecer, estamos a acompanhar de perto o processo legislativo referente à criação do **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**, a fim de apresentar observações pertinentes com base na nossa experiência de auditoria de instrumentos semelhantes.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Como referi no início, em 2015 continuaremos a realizar **reformas internas**.

Estabelecemos um ambicioso programa de trabalho de auditoria para 2015, que acreditamos poder executar realizando auditorias individuais mais direcionadas, racionalizando os procedimentos e obtendo novos ganhos de eficiência.

No geral, em 2015, prevemos um aumento na percentagem dos recursos dedicados à auditoria de resultados, como foi recomendado por este Parlamento no seu relatório de 2014 sobre o futuro papel do Tribunal.

As reformas que estamos a efetuar ajudarão não só a melhorar a nossa capacidade de auditar aspetos relacionados com o desempenho, mas permitirão igualmente, se necessário, reprogramar o nosso trabalho ao longo do ano para dar resposta a qualquer evolução importante e a novas prioridades.

As reformas incluem medidas destinadas a aplicar as recomendações relevantes deste Parlamento e decorrentes dos exames efetuados pelos nossos pares, a fim de reforçar as nossas práticas em matéria de auditoria de resultados.

Assim, por exemplo, pretendemos desenvolver as nossas competências políticas e a capacidade para realizar auditorias de resultados, especialmente em domínios como a "união bancária" no qual temos novas responsabilidades.

Finalmente, no que se refere à nossa **cooperação com as Instituições Superiores de Controlo** dos Estados-Membros, gostaria de salientar dois projetos concretos para 2015.

O primeiro visa identificar as novas disposições em matéria de prestação de contas e de auditoria para a supervisão financeira dos bancos, com base num inquérito que elaborámos.

O segundo implica trabalhar com as ISC da UE para examinar alguns acordos de parceria nacionais estabelecidos no âmbito da Estratégia Europa 2020, com o objetivo de comunicar os resultados no nosso relatório anual.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Espero ter conseguido transmitir-lhes de que forma o Tribunal tenciona, em 2015, tornar o seu trabalho relevante para os principais desafios que a UE enfrenta e, consequentemente, auxiliar igualmente este Parlamento e as outras instituições neste momento crucial para a nossa União.

Muito obrigado pela vossa atenção.